Raça e gênero: o contexto histórico e jurídico das mulheres negras no Brasil

*Race and gender: the historical, legal and socioeconomic
background of black women in Brazil*

Raíza Feitosa GOMES¹

Resumo: A cidadania historicamente foi negada a determinadas pessoas. As diferenças tornam-se argumentos para inferiorizar, segregar e não garantir direitos às mulheres, à população negra e a outros grupos sociais. A escravidão no Brasil durou cerca de trezentos e cinquenta anos, o que significa que há pouco mais de cem anos essa prática foi abolida. As consequências desse período somadas aos efeitos da sociedade patriarcal impactam a vida das mulheres negras de forma avassaladora. Sob o marco dos estudos do feminismo negro, pretende-se discutir como os direitos humanos dessas mulheres são violados e como o sistema jurídico se coloca diante disso.

Palavras-chave: Mulheres negras. Raça. Gênero. Direitos humanos. Sistema jurídico.

Abstract: Citizenship has historically been denied to certain individuals. Differences turn into argumentation to lower, segregate, and not guarantee rights of black women and of other social groups. Slavery in Brazil lasted about three hundred and fifty years, which means that just over a hundred years ago this practice was abolished. The consequences of that period combined with the effects of patriarchal society overwhelm the lives of black women. Within the framework of the studies concerning black feminism, this work aims to discuss how these women's human rights are violated and how the legal system is put before this cause.

Keywords: Black women. Race. Gender. Human rights. Juridical System.

<http://dx.doi.org/10.24024/23585188v12n1a2019p75084>

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Piauí, mestra em gênero e direitos humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba | PPGCJ-UFPB. Este trabalho é fruto de pesquisa realizada na disciplina Teoria Crítica da Cidadania, do curso de mestrado. | E-mail: raizafeitosa@hotmail.com

Introdução

Ainda em regimes democráticos, determinadas pessoas são cotidianamente oprimidas e exploradas, por meio das estruturas sociais vigentes. Nesse contexto, é importante perceber a situação singular das mulheres negras, vítimas não só do machismo, que afeta todas as mulheres, como também do racismo. As estatísticas em relação ao mercado de trabalho, ao sistema único de saúde e às situações de violência, por exemplo, revelam o abismo que ainda existe entre as mulheres brancas e negras, sendo estas mais vulneráveis a várias violações de direitos.

Essas questões revelam-se um grande desafio para o direito, que se propõe a tratar a todos com igual respeito e consideração. A situação enfrentada pelas mulheres negras e seus dramas cotidianos é pouco conhecida e refletida por aqueles que operam a ferramenta tida como solução para os conflitos, o que compromete a qualidade das respostas que o sistema jurídico tem a oferecer. É nesse sentido que este trabalho propõe uma análise sobre o tratamento que o direito tem dispensado às mulheres negras.

1. Mulheres negras no Brasil: escravização e resistência

Considerada a história da humanidade, apenas recentemente determinados grupos sociais, como as mulheres e a população negra, alcançaram a condição de sujeitos de direitos. Nesse contexto, a situação das mulheres negras guarda uma série de singularidades. A fim de compreender como se dá a negação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil, faz-se necessário considerar alguns fatos históricos determinantes.

A escravização de diversos povos africanos, arrancados violentamente de seus locais de origem, perdurou por séculos em diversos países, e até hoje as marcas desse período se fazem presentes. O historiador Clóvis Moura afirma que não temos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos importados pelo tráfico, mas é possível fazer estimativas, ressaltando que “elas variam muito e há sempre uma tendência de se diminuir esse número, em parte por falta de estatísticas e também porque muitos historiadores procuram branquear a nossa população” (MOURA, 1992, p. 9). Apesar das controvérsias, estima-se que mais de 12,5 milhões de africanos embarcaram nos navios negreiros, e a maioria deles teve a América como destino. Para as terras brasileiras, embarcaram aproximadamente 5 milhões de africanos, muitos mortos durante o percurso, e mais de 4,5 milhões foram desembarcados². No Brasil, a escravização do povo negro perdurou por mais de 350 anos, o que significa que apenas a pouco mais de 100 anos essa prática foi oficialmente abolida.

Mulheres e homens africanos foram transformados em mercadoria, “capaz de mobilizar grandes capitais comerciais” (SAFFIOTI, 2013, p. 206), a fim de gerar lucro para os latifundiários e senhores de escravos. Suas identidades foram negadas, seus nomes modificados, seus rituais e costumes demonizados. Moura ressalta que

o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito e pelas ordenações do Reino, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor (1992, p. 15-16).

Mulheres e homens negros eram tratados de forma cruel, no entanto, eram explorados de formas distintas. Ao passo que do homem escravizado exigia-se principalmente a força para os trabalhos nas lavouras, as mulheres eram exploradas também sexualmente e como reprodutoras de mão de obra escrava. Ainda nos navios negreiros, essa diferença se fazia presente: enquanto eles eram acorrentados e algemados, elas circulavam livremente pelo convés, para que fossem abusadas e torturadas pelos homens

² Dados disponibilizados pelo projeto Transatlantic Slave Trade Database: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

brancos (HOOKS, 1982). A cultura do estupro presente no Brasil está intimamente relacionada ao período escravocrata, é um reflexo histórico da formação social do país, considerando que a violência sexual era uma característica marcante da colonização europeia nas Américas. Nesse sentido, é válido ressaltar o pensamento de Angela Davis, que se refere à escravidão nos EUA, mas que pode ilustrar o que também acontecia na realidade brasileira:

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão (DAVIS, 1944, p. 180).

Contudo, é importante ressaltar que as mulheres negras escravizadas não viveram tudo isso passivamente, alheias à sua condição. Foram várias as formas de resistência encontradas por elas, como a formação de quilombos e até mesmo o aborto e o infanticídio. Como consequência do estupro praticado pelos seus senhores, que além de desejar os seus corpos, possuíam interesse econômico no nascimento de crianças escravas, muitas engravidavam. As crianças escravizadas não viriam a possuir valor econômico apenas quando adultas. Segundo Mott (1989), elas eram obrigadas a exercer diversas tarefas desde muito pequenas, como buscar água no poço ou servir de brinquedo e divertimento para os proprietários, além da função relacionada à geração e preservação do leite materno da mãe escravizada, a quem era atribuído o papel de ama-de-leite.

É pertinente destacar ainda a resistência através da perspicácia e da capacidade intelectual em meio a circunstâncias tão degradantes, como no caso de Esperança Garcia. Em 1770, Esperança, uma mulher negra escravizada em uma fazenda de gado no interior do Piauí, exceção por ser alfabetizada, escreveu uma carta ao governador da província denunciando os maus tratos que sofria do seu dono, solicitando que pudesse voltar a viver junto de seu marido, pedindo ainda pelas suas companheiras e reivindicando o direito de batizar os seus filhos. Em razão do seu feito, a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí elaborou, no ano de 2017, um dossiê histórico-jurídico sobre o fato e, com base neste documento, Esperança foi reconhecida como a primeira advogada piauiense, sendo a sua carta considerada uma petição por direitos humanos.³

Portanto, muitas foram as formas encontradas pelas mulheres negras e pelo povo negro em geral para resistir aos mais de três séculos de escravidão. Contudo, as sequelas desse período ainda estão bastante vivas na sociedade brasileira, inclusive porque após a abolição o Estado brasileiro não se preocupou em amparar a população negra através de políticas públicas que propiciassem a sua emancipação de fato.

2. A questão racial no contexto brasileiro

A cultura ocidental, pautada em valores eurocêntricos, inferioriza o povo negro historicamente. A colonização tentou arrancar das negras e negros que foram trazidos da África a religiosidade, o nome, a língua, a humanidade. Não se aprende como era a vida daqueles negros e negras, a riqueza ou status que possuíam em suas tribos na África antes da chegada dos europeus.

Sobre o colonialismo, Frantz Fanon afirma em *Os Condenados da Terra*:

³ <http://www.oabpi.org.br/noticia/3118/esperanca-garcia-e-reconhecida-como-advogada-pela-oab-pi>

[...] o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta do passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética (1968, p. 175).

O passado se reduz à escravidão, a história e a cultura dos negros e negras é negligenciada, a sua resistência é pouco mencionada e essa narrativa se espalha pelos mais diversos âmbitos. Todo esse processo se reflete nas questões de pertencimento e de identidade, podendo provocar uma negação e até mesmo a criação de um possível complexo de inferioridade, abordado por Fanon. Nesse sentido, o autor afirma que “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90).

A historiadora e filósofa brasileira Lélia Gonzalez, influenciada pelas ideias de Fanon, buscou refletir sobre a realidade brasileira, especialmente acerca das questões relacionadas às mulheres negras. Gonzalez (1988) menciona dois tipos de racismo, o aberto e o disfarçado. O primeiro estaria presente em países com origem anglo-saxônica, germânica e holandesa, caracterizando-se pelo pressuposto de que negro é quem nasce com antepassados negros, sendo, portanto, impensável a miscigenação, tendo em vista que o branco procuraria sempre manter a sua “pureza” e “superioridade”, havendo, assim, uma segregação explícita. Já nos países de origem latina, haveria o chamado racismo disfarçado, prevalecendo as teorias da miscigenação, da alienação e da democracia racial. Segundo ela, “o racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 1988, p. 72-73). Essa ideologia, segundo Gonzalez, é veiculada pelos meios de comunicação e aparelhos ideológicos tradicionais e perpetua a crença de que os valores ocidentais brancos são os únicos verdadeiros e universais.

É comum escutar que no Brasil não existe racismo, não há negro, branco ou índio, afinal “somos todos humanos”, “somos todos mestiços”. Esse pensamento advém justamente do mito da democracia racial, que enaltece a miscigenação e a ideia de que, ao contrário de outros lugares, no Brasil as três raças viviam pacificamente, “permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade” (MUNANGA, 2004, p. 89). Assim, essa tentativa de se criar uma identidade nacional a partir da mistura das três raças serviu para invisibilizar as identidades dos grupos que não se enquadravam no padrão branco/europeu, pois a mesma era “hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica” (MUNANGA, 2004, p. 109).

O racismo, portanto, se utiliza de características fenotípicas para inferiorizar socialmente quem difere do padrão branco. Para isso, usou-se discursos falaciosos, travestidos de ciência, que afirmavam que as pessoas negras eram inferiores biologicamente e que o comportamento do indivíduo era determinado tão somente por sua raça. O psiquiatra e médico-legista Nina Rodrigues foi um dos principais defensores dessas teorias no Brasil. Ele qualificava os mestiços em três grupos: superiores, degenerados e comuns (RODRIGUES, 1957) e criticava o “tratamento igualitário” conferido pelo Código Penal a negros e brancos.

Não coincidentemente, em suas análises médico-legais, Rodrigues classificava as formas de hímen de mulheres negras e brancas de forma bastante curiosa, ao afirmar que o hímen das mulheres negras apresentava uma forma que facilmente se confundiria com um hímen rompido. Dessa forma, quando a mulher negra sofria violência sexual e chegava a fazer a denúncia, esta era desqualificada pelo exame médico-legal, pois não era possível comprovar a violação, considerando que o seu hímen “naturalmente” era simplificado e confundia-se com um hímen rompido (CORRÊA, 1996). Ou seja, a ciência era utilizada para justificar e naturalizar a violação de corpos negros.

Diante disso, observa-se que machismo e racismo se entrelaçam, em uma relação que inferioriza as mulheres negras constantemente, alimentada também por um sistema econômico que se utiliza dessa desigualdade em favor de classes dominantes. Assim, se coloca a necessidade de “refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (DAVIS, 2011, p. 08). Essa perspectiva, de considerar igualmente importantes as opressões que atingem as mulheres, vem sendo chamada de interseccionalidade. É comum a afirmação de que o referido termo foi cunhado pela professora e advogada Kimberlé Crenshaw em um artigo acadêmico no ano de 1990, no entanto, a socióloga Patrícia Hill Collins (2017) compreende que, ao se considerar este como o ponto de origem da interseccionalidade, negligencia-se escritos e práticas anteriores de feministas negras e de um amplo movimento de mulheres latinas, indígenas e asiáticas.

3. As violações dos direitos humanos das mulheres negras

Nesse cenário, estatísticas sobre os mais diferentes aspectos traduzem em números as marcas do machismo e do racismo no cotidiano das mulheres negras. O Mapa da Violência 2015, produzido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que analisa a ocorrência de homicídios no país com base nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, traz dados preocupantes sobre a vitimização das mulheres negras. No período de 2003 a 2013, o número de homicídios de mulheres negras aumentou 54,2%, enquanto o homicídio de mulheres brancas apresentou uma queda de 9,8% no mesmo período. Fenômeno parecido pode ser observado a partir da vigência da Lei Maria da Penha, considerando que o número de vítimas cai 2,1% entre as mulheres brancas e aumenta 35,0% entre as negras⁴.

Em setembro de 2016, foi lançado o Dossiê “A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil”, um trabalho conjunto realizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras, que expõe as diversas violações de direitos sofridas pelas mulheres negras. O mesmo foi apresentado a uma Comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵. O material reúne dados estatísticos e casos relacionados a mortes por agressão, mortalidade materna, assassinatos contra lésbicas, travestis e transexuais negras, saúde das mulheres negras, violência contra mulheres e meninas quilombolas, racismo institucional no sistema de justiça, violência de gênero, intolerância religiosa, racismo na internet e violência política. Em todos esses âmbitos, os números, histórias e imagens chocam e demonstram quão grave é a situação.

É importante ressaltar ainda que, se os dados são alarmantes, a realidade é ainda mais assustadora, considerando a subnotificação dos casos, que ocorrem por várias razões. O Dossiê Mulheres Negras: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil (2013), na parte em que são analisados os dados sobre agressão física, expõe as dificuldades de se obter respostas sobre experiências de violência, especialmente quando se trata das mulheres negras, “pois são muitas as situações de violência às quais são expostas, multiplicando-se os riscos de vitimização na experiência das violências originárias tanto da estrutura patriarcal quanto do racismo brasileiro” (ROMIO, 2013, p. 135). Existem, portanto, barreiras para a obtenção de dados que traduzam de fato a violência, sobretudo a sexual, sofrida pelas mulheres, em especial mulheres negras, que perpassam questões subjetivas de cada mulher, bem como o desinteresse do Estado, que, com a sua estrutura machista e racista, acaba por naturalizar e reproduzir essa violência tantas vezes.

⁴ Mapa da Violência 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

⁵ Dossiê “A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil”.

4. O direito frente à realidade da mulher negra brasileira

Percebe-se que o aparato estatal se faz pouco eficiente para a garantia de direitos à população negra, mas bastante enérgico no que se refere à criminalização desse grupo. É válido observar como isso vem acontecendo ao longo dos anos, mesmo com leis mais progressistas, que de forma alguma foram benesses, e sim, fruto de luta dos movimentos sociais. Essa diferença de tratamento, ao garantir e ao criminalizar, pode ser observada por inúmeras situações. No presente trabalho, serão destacados dois casos extraídos do dossiê “A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil”, mencionado anteriormente.

Um caso que se tornou emblemático por chegar ao Comitê sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher, “o Comitê CEDAW”, da Organização das Nações Unidas, culminando na condenação do estado brasileiro, é o de Alyne Pimentel. Segundo o relatório do governo brasileiro, divulgado em 2014, Alyne da Silva Pimentel era uma mulher de 28 anos, negra, pobre, moradora do município de Belford Roxo, no Rio de Janeiro, e mãe de uma menina de 5 anos. Em novembro de 2002, Alyne, que estava grávida de 6 meses, dirigiu-se a uma clínica de saúde privada, conveniada ao SUS, sentindo náuseas e fortes dores abdominais. O médico que lhe atendeu prescreveu uma medicação e a mandou de volta para casa, solicitando que a mesma retornasse ao hospital em alguns dias para a realização de exames. Alyne voltou antes do previsto, pois as dores haviam se intensificado, e então foi constatado que o feto estava morto, sendo necessário o parto induzido para a retirada deste. Depois do parto, o estado de saúde dela se agravou drasticamente. Acontece que entre todos esses procedimentos houve um intervalo de tempo muito grande. Quando o quadro de saúde se agravou, o hospital não possuía estrutura adequada para atendê-la e nem ambulância disponível para transferi-la imediatamente. Alyne foi transferida depois de oito horas, porém, as informações acerca do seu estado de saúde não foram repassadas corretamente para a equipe que a recebeu, inviabilizando um tratamento adequado e ocasionando o seu óbito.

Três meses após a sua morte, o marido de Alyne Pimentel ajuizou ação indenizatória em seu nome e de sua filha por danos morais e materiais contra o Estado do Rio de Janeiro. O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi indeferido, e meses depois o pedido foi refeito e novamente negado. Somente após 3 anos e 10 meses, o judiciário do Rio de Janeiro determinou um médico especialista para dar um parecer médico no processo. Somente 11 anos após a morte de Alyne Pimentel, em 2013, a primeira decisão de mérito foi proferida.

Diante da demora de uma decisão do judiciário brasileiro, em novembro de 2007, a mãe de Alyne, a senhora Maria de Lourdes da Silva Pimentel, assessorada por ONGs, interpôs uma denúncia contra o Estado brasileiro perante o Comitê sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher, “o Comitê CEDAW”, da Organização das Nações Unidas, arguindo que o Estado brasileiro havia violado o direito de Alyne ao acesso à justiça, o direito à saúde sem discriminação, e o direito à vida.

O Comitê então condenou o Estado brasileiro, afirmando que este é “diretamente responsável pela ação de instituições privadas quando terceiriza os seus serviços médicos”, que a falta de serviços de saúde materna consistia em discriminação contra as mulheres, e que Alyne “sofreu discriminação, não apenas de gênero, mas também com base na sua condição de mulher afrodescendente advinda de grupo socioeconômico não privilegiado”. O Comitê considerou ainda “que o Estado não cumpriu a sua obrigação de garantir ação judicial e proteção eficazes, especialmente à luz da ausência de decisão sobre a ação cível ajuizada” (BRASIL, 2014).

Percebe-se, então, que o judiciário não enxergou a violência obstétrica que Alyne sofreu e que tantas outras mulheres, em sua maioria negras, sofrem cotidianamente. O destino de Alyne poderia ter sido outro não fossem as suas condições de mulher, negra, pobre e mãe. Todas essas características se somaram e a tornaram mais vulnerável frente às estruturas patriarcais, racistas e classistas do Estado. O judiciário brasileiro reconheceu a condição de Alyne Pimentel apenas após a advertência jurídica no âmbito internacional, que procurou, ao menos nesse caso, garantir uma proteção interseccional.

Nesse contexto em que o aparato estatal se revela moroso para garantir direitos e ágil para criminalizar mulheres negras, o outro caso a ser destacado é o de Miriam França. Mulher negra, estudante de doutorado em Farmácia, de família pobre da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, foi acusada de matar a turista italiana Gaia Molinari, em Jijoca de Jericoacoara, litoral do Ceará. Miriam foi presa no dia 29 de dezembro de 2014, e, apesar da ausência de provas, colocada em liberdade apenas em fevereiro de 2015. A prisão temporária ocorreu sem qualquer indício de culpabilidade e Miriam foi difamada publicamente, através da mídia, pelos policiais encarregados da investigação⁶. Não custa lembrar que, segundo dados do IFOPEN⁷ divulgados em 2014, o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, constituída na sua maioria por pessoas negras (67%). Além disso, de 2000 a 2014, o encarceramento de mulheres cresceu 567%⁸.

Esses casos se destacaram, mas apenas exemplificam situações que ocorrem diariamente, só que sem a mesma repercussão. A mãe de Alyne Pimentel foi indenizada porque conseguiu, com a ajuda de ONGs, levar o caso para o âmbito internacional. Miriam França teve a sua prisão temporária revogada porque contou com a solidariedade de diversas pessoas que fizeram uma campanha nacional com o mote “libertem Miriam França”. Porém, os próprios dados mostram como é grande a quantidade de mulheres negras sofrendo com a violência obstétrica ou com o encarceramento, muitas vezes ilegal, e mesmo assim elas não são vistas pelo direito.

Contudo, isso não é novidade. O pesquisador Silva Jr. se propõe a observar o tratamento jurídico oferecido historicamente aos negros em geral, e ainda a diferenciação que o direito conferia no tratamento dado às mulheres negras e às mulheres brancas. Enquanto a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, não era outorgada, o Brasil viveu sob o controle das chamadas Ordenações do Reino, sendo o código das Ordenações Filipinas o mais fortemente empregado no Brasil. Este trazia regras destinadas especialmente à subjugação e controle das pessoas africanas escravizadas. Analisando a lista de proibições e punições, Silva Jr. (2001) destaca o tratamento diferenciado entre mulheres negras e brancas em caso de violência sexual, pois quando a vítima era a escrava negra, ou não era reconhecida como tal ou o agressor recebia uma punição mais branda do que aquela prevista caso fosse uma mulher branca.

Algumas mudanças começaram a ocorrer com a Constituição de 1824. Porém, observa-se que os Códigos existentes, mesmo posteriores a ela, mantinham as pessoas negras em uma condição subalterna. O Código Comercial, de 1850, por exemplo, tratava a pessoa escravizada como “semovente”, categoria jurídica utilizada para designar animais. Outro aspecto central no tratamento jurídico oferecido ao negro e à negra é que, para todos os efeitos civis, escravos não eram considerados sujeitos de direito.

No entanto, para o direito penal, melhor dizendo, para efeito da perseguição penal, o escravo e a escrava eram considerados responsáveis, humanos, isto caso figurassem como réus; já se tivessem uma parte de seu corpo mutilada, a lesão era qualificada juridicamente como mero dano – algo atinente ao direito de propriedade e não ao direito penal. Ou ainda, caso fossem escravos arrebatados por alguém, configurado estaria o crime de roubo. Numa palavra: sendo réus eram pessoas, sendo vítimas, coisas (SILVA JR., 2001, p. 19).

Havia ainda a previsão de punições rigorosíssimas para escravos e escravas, a exemplo da pena de açoites, que mesmo sendo abolida pela Constituição de 1824, continuava a ser expressa no Código Criminal de 1830, de modo que os Tribunais entendiam que a garantia constitucional não se aplicava aos escravos. Este Código tipificava também o crime de estupro, contudo, o entendimento de muitos magistrados era de que “não sendo pessoa, a mulher negra escravizada não era portadora de reputação ou de honra, nem poderia exercer o direito de queixa, deferido legalmente apenas aos senhores estupradores”. O pes-

⁶ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/01/policia-pede-mais-30-dias-para-concluir-inquerito-sobre-morte-de-italiana.html>

⁷ <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

⁸ <https://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>

quisador ressalta ainda que o Código Criminal de 1830 empregava a expressão “mulher virgem menor de dezessete anos”, sem nenhuma menção à raça ou condição de escrava, de forma que

a discriminação imposta pelos Tribunais resultava de pura interpretação, refletindo a ideologia racista e o despudorado engajamento de parte do Poder Judiciário na defesa dos interesses dos senhores de engenho (SILVA JR., 2001, p. 23).

Assim, percebe-se que mesmo quando o direito trazia normas que permitiam o gozo de direitos por parte da população negra, em especial, das mulheres negras, as interpretações, embasadas em um pensamento racista e sexista, não possibilitavam a sua aplicação, algo que, infelizmente, não ficou no passado.

Continuando o histórico do aparato jurídico brasileiro em relação aos negros e negras, observa-se que a edição de 1832 do Código Criminal, vista como moderna, trazia em seus artigos uma série de normas que se destinavam diretamente à contenção da rebeldia negra, tanto entre escravos, quanto entre livres e libertos. Já no Brasil República, foi elaborado um Código Penal em 1890, no qual alguns crimes merecem destaque por serem ainda direcionados para controlar a vida do povo negro. Mais adiante, a Constituição de 1891 ampliou direitos civis e políticos, mas indiretamente impossibilitou a participação das pessoas negras ao colocar a alfabetização como requisito para o voto, além de continuar excluindo as mulheres.

Por sua vez, a Constituição de 1934 consignou o repúdio à discriminação racial, porém, ao mesmo tempo prescrevia o ensino da eugenia, além de estabelecer restrições étnicas na seleção de imigrantes, através do Decreto-Lei nº 7.967/45⁹. Com a entrada em vigor do atual Código Penal, em 1942, algumas mudanças ocorreram, contudo, as práticas dos órgãos de segurança continuaram as mesmas. Apenas em 1951, uma lei penal se propôs a regulamentar o dispositivo constitucional sobre o preceito de proibição de discriminação racial presente na Constituição de 1934. Entrou em vigor, então, a Lei nº 1390/51, que incluía entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Finalmente, a Constituição de 1988, diante desse cenário, significa um divisor de águas, refletindo a luta do movimento negro em geral e das mulheres negras. A nova Carta Magna impulsionou a elaboração de leis no âmbito federal, estadual e municipal antirracistas e incorporou preceitos e princípios de documentos internacionais de proteção aos direitos humanos e convenções internacionais (SILVA JR., 2001, p. 34). Contudo, pode-se observar uma violação constante dessas garantias, especialmente em relação às mulheres negras.

No que se refere ao judiciário, não é demais atentar para o fato de que, historicamente, quem interpreta as normas no Brasil são, em sua maioria, homens brancos. As desigualdades que marcam a sociedade brasileira repercutem na atuação e na composição de instituições e espaços de poder. O Censo do Poder Judiciário (2014) exhibe dados que evidenciam isso: em um país cuja maior parte da população se autodeclara negra, apenas 15,6% dos magistrados são negros. Igualmente, apesar de as mulheres também serem maioria da população brasileira, ocupam apenas 39,5% da magistratura. Ainda que o Censo não traga dados específicos sobre as mulheres negras magistradas, a partir desses números, pode-se concluir que a sua presença no judiciário é bem pequena. Esses dados são preocupantes, considerando que o judiciário é um espaço de viabilização das garantias democráticas, mas que não tem refletida em sua composição a diversidade da população brasileira.

⁹ O artigo segundo do decreto mencionado determinava que a admissão dos imigrantes deveria atender “à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional”.

Considerações finais

Procurou-se compreender alguns aspectos acerca da realidade das mulheres negras, bem como as razões históricas para as violações de direitos humanos vivenciadas por esse grupo cotidianamente. Observa-se que os avanços na legislação têm pouco significado na concretude da vida do povo negro. Como demonstram os casos mencionados, as mulheres negras continuam a ser desumanizadas e estereotipadas, o que revela que a transformação somente dos instrumentos jurídicos, por si só, é insuficiente. Não tão diferentemente do passado, isso ocorre também porque, mesmo no regime democrático em que o Brasil se insere, ainda há uma imersão numa ideologia racista e sexista. Portanto, embora existam normas que busquem assegurar a não discriminação de raça e gênero, as interpretações de tais dispositivos legais acabam por minuar os efeitos favoráveis que deveriam ser conferidos aos indivíduos nas situações de violação de direitos por conta da raça e/ou gênero.

Referências

- BRASIL. Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher/Caso Alyne Da Silva Pimentel – Relatório do governo brasileiro / agosto 2014. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/organizacao_das_nacoes_unidas>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Censo do poder judiciário**: VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias** – atualizado junho de 2016. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016>>. Acesso em: 07 fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN MULHERES** – jun/2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf/view>>. Acesso em: 07 fev. 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução: Bianca Santana. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 07 dez. 2017.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. p. 244. In: PISCITELLI, Adriana *et al.* (Orgs.) **Olhares feministas**. Brasília: UNESCO, 2009.
- DAVIS, Angela Y. **Conferência as mulheres negras na construção de uma nova utopia**. São Luís, MA, 13 dez. 1997. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentos-lideres-pensadores/afroamericanos/10243-as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOSSIÊ sobre a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil. Disponível em: <<http://www.criola.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Dossie-Mulheres-Negras-PT-WEB3.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Título do original francês: Les damnés de la terre. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Disponível em: <http://kilombagem.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Título original: Peau noire, masques blancs. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA, 2008. Disponível em: <http://www.unegro.org.br/arquivos/arquivo_5043.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.
- MAPA da violência 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018
- MOTT, Maria Lucie de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18594/20657>>. Acesso em: 24 set. 2018.
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RODRIGUES, Nina Raymundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini Marcondes *et al.* (Orgs.) **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. 160 p.: gráfs., tabs. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978>. Acesso em: 21 set. 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SILVA JR., Hédio. Mulher negra: necessidade de demandas judiciais específicas. In: **AS MULHERES e a legislação contra o racismo**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/doc/leis4.pdf>> Acesso em: 01 jan. 2018.

Recebido em: 25.02.2019

Aprovado em: 30.03.2019

Para referenciar este texto:

GOMES, Raíza Feitosa. Raça e gênero: o contexto histórico, socioeconômico e jurídico das mulheres negras no Brasil. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 12, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2019.